

Projeto permite novo orçamento em 90

BRASÍLIA — O próximo Presidente já terá à disposição, pronto para ser aprovado pelo Congresso, um projeto de lei que fixa o início do ano fiscal em 1 de junho, o que permitirá que a nova equipe de Governo elabore, e submeta ao Legislativo, nova proposta orçamentária para 1990. O projeto, do Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), foi aprovado ontem na Comissão de Justiça da Câmara e deverá ser analisado, agora, pela Comissão de Finanças.

A idéia de Dornelles surgiu a partir do princípio de que o próximo Presidente, qualquer que fosse, teria extrema dificuldade para executar

um orçamento — elaborado pela atual administração — com prioridades muito diferentes das estabelecidas durante a campanha. Por isso a proposta do Deputado começou a ser discutida há vários meses, bem antes de o Congresso receber o projeto de lei orçamentária para 1990 do pelo Executivo. O líder do PRN no Senado, Renan Calheiros, admitiu o apoio do Partido à proposta.

Discretamente Dornelles fez um trabalho de sondagem junto aos parlamentares antes de apresentar o projeto na Comissão de Justiça. Depois da apresentação da proposta or-

çamentária, a idéia de Dornelles ganhou ainda mais força, até porque a primeira avaliação do Orçamento de 1990 comprova que as despesas estão subestimadas e a receita inflada.

— O caso do serviço da dívida da Siderbrás, que segundo a proposta orçamentária do atual Governo deve ser coberto com os recursos obtidos com a venda de estatais, é um bom exemplo das divergências que poderão ocorrer caso qualquer dos candidatos tenha de executar o Orçamento como está — recorda Dornelles. — Em primeiro lugar, ninguém pode estar realmente seguro de que o projeto de privatização será levado a ca-

bo por Fernando Collor de Mello ou Luiz Inácio Lula da Silva. Caso não haja privatização, não haverá verba para pagar os serviços da dívida da Siderbrás — acrescentou.

Mesmo assim, Dornelles acredita que o projeto não será votado no plenário antes do recesso de final de ano, ainda que seja aprovado na Comissão de Finanças — da qual é Presidente — já na próxima semana. Isso não impede, porém, que o novo Presidente negocie com o Legislativo a aprovação do projeto de Dornelles em fevereiro, quando o Congresso reassume suas funções.

Auditoria da dívida começa hoje

BRASÍLIA — A Comissão Mista Temporária de Auditoria da Dívida Externa foi instalada ontem pela manhã. A partir de hoje, seus membros terão um ano para investigar todos os empréstimos feitos pelo Brasil junto aos bancos internacionais. Segundo o Relator da comissão, Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), a idéia é investigar tudo: desde o início da década de 50 até agora.

Na próxima semana, o Presidente da Comissão, Deputado Mussa De-

mes (PFL-PI), e o Relator pretendem visitar os Presidentes do Tribunal de Contas da União (TCU), Alberto Hoffmann, e do Banco Central, Wadico Bucchi, para solicitar os arquivos referentes à dívida externa:

— Queremos saber como esses empréstimos foram feitos, quanto foi captado pelos Estados com o aval da União, em que condições os recursos foram emprestados, para que fins e quais obras foram realmente concluídas — disse Rodrigues.